

**Águas do Vouga - Exploração e Gestão  
Sistema Regional do Carvoeiro, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro  
de 2022 acompanhadas da Certificação Legal das  
Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Vouga - Exploração e Gestão Sistema Regional do Carvoeiro, S.A (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 10.389.523 euros e um total de capital próprio de 5.878.614 euros, incluindo um resultado líquido de 1.978.614 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e do anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000  
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa  
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de março de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC

Registo na OROC n.º 1496

Registo na CMVM n.º 20161106

# RELATÓRIO E CONTAS

## 2022



# ÍNDICE

1	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
2	mensagem do presidente	4
3	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	5
4	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	7
5	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	8
6	SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2022	9
7	ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA	22
8	PERSPETIVAS PARA O FUTURO	24
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
10	OUTRAS INFORMAÇÕES	26
11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	26



## 1

## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros		2020	2021	2022
Capital Social	Eur	3 250 000	3 250 000	<b>3 250 000</b>
Capital Próprio	Eur	6 320 697	6 207 413	<b>5 878 614</b>
Ativo Líquido Total	Eur	14 810 975	8 582 277	<b>10 389 523</b>
Investimento	Eur	4 097	72 050	<b>68 197</b>
Volume de Negócios	Eur	6 977 443	7 137 760	<b>7 649 672</b>
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow Operacional</i> )	Eur	4 597 848	4 548 739	<b>3 689 201</b>
EBIT ( <i>Resultado Operacional</i> )	Eur	3 411 125	3 419 021	<b>2 545 651</b>
Resultados Antes de Impostos	Eur	3 186 902	3 015 942	<b>2 604 998</b>
Resultado Líquido do Exercício	Eur	2 420 697	2 307 413	<b>1 978 614</b>
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	38%	37%	<b>34%</b>
Rentabilidade do Ativo	%	16%	27%	<b>19%</b>
Autonomia Financeira	%	43%	72%	<b>57%</b>
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	15	14	<b>14</b>

# 2

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas do Vouga, constituída em abril de 1996, foi uma das primeiras concessões atribuídas em Portugal. E até hoje, é a única concessão “em alta” que foi objeto de um concurso público internacional.

Com a tarifa de venda de água aos municípios das mais baixas do País; com perdas de água anuais sistematicamente abaixo de 1%; com 100% para o indicador água segura; com 7 prémios/selos de qualidade atribuídos; e historicamente com boa saúde económica e financeira, a empresa continua a apresentar uma boa performance.

Em 2022 a Águas do Vouga apresentou um resultado líquido positivo de € 1.978.614 que representa um decréscimo de 14% face ao ano anterior. Na vertente operacional, o EBIT teve também um decréscimo, mas de 25.5%. Estes resultados são consequência dos aumentos do combustível e em particular da energia, pelo peso que representa na estrutura de custos e de outros custos que lhes estão associados, como sejam os dos reagentes. O volume de negócios foi ligeiramente superior ao previsto.

O desenvolvimento da implementação do plano de investimento e respetivas obras do SRC II, tendo por base o aditamento ao contrato e os seus pressupostos, levou a revisão do caso base adaptando-o à realidade do projeto, que se tem vindo a negociar, mas que ainda não foi escriturado. Apesar de ainda não escriturado, desde 2016 que são aplicados os pressupostos do 2.º aditamento sucessivamente acordados com a Concedente, que tem sempre por base a manutenção da TIR do 1.º aditamento, através de um equilíbrio entre a tarifa e a remuneração à Concedente.

O grande objetivo para 2023 será, como vem sendo histórico, em primeiro lugar continuar a garantir a quantidade e qualidade da água, que seja solicitada ao sistema e o funcionamento em pleno do SRC II, como previsto e em segundo proceder a realização da escritura do 2.º aditamento.

A empresa está a fornecer água aos municípios de Aveiro, Águeda (totalidade), Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos, abrangendo uma população de 280.317 habitantes que terão garantias de um serviço exemplar e uma água de excelente qualidade até ao ano 2026.

O Presidente do Conselho de Administração



Fausto Manuel Melo de Oliveira

# 3

## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### 3.1. BREVE HISTORIAL

A Águas do Vouga, empresa constituída em abril de 1996, é Concessionária do Sistema Regional do Carveiro (SRC).

O SRC é pertença da AMC-V (Associação de Municípios do Carveiro - Vouga), atualmente composta pelos Municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtoza, Oliveira do Bairro e Vagos.

O Contrato de Concessão foi assinado em 30 de maio de 1996 e iniciou-se a 01 de outubro de 1996, em regime de exclusividade por 20 anos, para a exploração do sistema de captação, tratamento, elevação, transporte e armazenamento principal de água dos municípios pertencentes à AMC-V à data.

No âmbito do processo de ampliação do SRC, denominado SRC II, foi assinado o primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, em junho de 2012, prorrogando-o por mais dez anos, até 2026 e estendendo o SRC à totalidade do município de Águeda e aos novos municípios de Oliveira do Bairro e Vagos que integraram a Associação.

É ainda abastecida a freguesia de Válega, pertencente ao Município de Ovar.

Todos os sistemas de abastecimento destes municípios estão integrados na AdRA (Águas da Região de Aveiro), parceria entre o Estado, através da AdP e um conjunto de municípios pertencentes à CIRA (Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro).

A empresa Águas do Vouga, S.A. foi constituída em Abril de 1996 com um capital de 3.250.000€, integralmente realizado e detido a 100% pela AQUAPOR, em resultado de adjudicação de concurso público internacional para a: "Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, Elevação, Transporte e Armazenamento principal do Sistema Regional do Carveiro", por um período de 20 anos. Com o primeiro aditamento esse período foi prolongado por mais 10 anos.



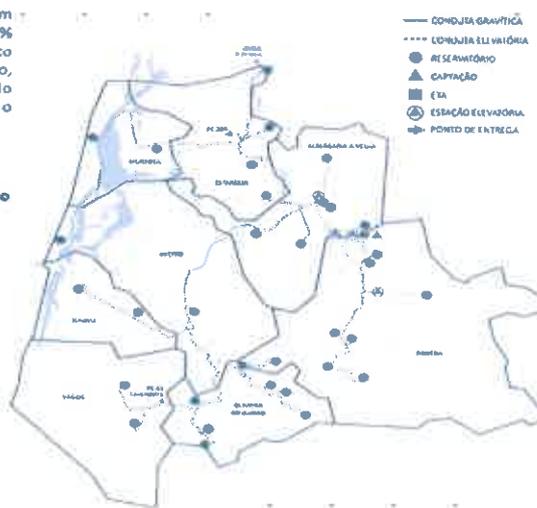
#### Municípios Abrangidos

**Águeda, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtoza, Oliveira do Bairro e Vagos**

População Abrangida  
**280.000 habitantes**

#### Principais Infraestruturas

**1 Captação superficial**  
**1 Captação subterrânea**  
(2 poços + 11 furos)  
**1 Estação de Tratamento de Água**  
(2.286 m<sup>3</sup>/h)  
**4 elevatórias e 1 Booster**  
**19 Reservatórios (35.850 m<sup>3</sup>)**  
**34 Pontos de Entrega**  
**221 km de rede**



## 3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Vouga é uma empresa com um capital de 3.250.000 euros integralmente realizado e detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

## 3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

- Mesa da Assembleia Geral:

Carlos Alberto da Silva Rodrigues – Presidente;

Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia – Secretária.

- Conselho de Administração:

Eng. Fausto Manuel Melo de Oliveira, Presidente;

Dr. António Manuel Paredes Pereira da Cunha, Administrador;

Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira, Administrador

- Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferreira

# 4 MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

## 4.1. MISSÃO

A Águas do Vouga tem como objetivo, no âmbito dos seus direitos e deveres contratuais, satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água, de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local, e assegurando a preservação do ambiente

## 4.2. VISÃO

A Águas do Vouga pretende ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço, dando continuidade à boa avaliação que tem sido obtida nos índices de desempenho.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

## 4.3. VALORES

Com uma cultura própria, recebida da AQUAPOR, a Águas do Vouga tem sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos manter essa cultura através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade



# 5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O ano de 2022, foi mais um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade.

Continua por assinar o 2.º aditamento ao contrato de concessão, mas que também continua em prática, que é o grande objetivo específico da empresa.

A fiabilidade da quantidade e qualidade da água solicitada pela entidade gestora da baixa, completam os outros objetivos estratégicos da empresa.



# 6

## SINTESE DE ATIVIDADE EM 2022

### 6.1 ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### GERAL

A análise da conjuntura reflete uma alteração profunda no enquadramento internacional, decorrente do impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia.

A guerra na Ucrânia, cuja duração e desfecho se mantêm incertos, teve como consequência imediata uma escalada nos preços do gás natural e do petróleo, bem como de diversas matérias-primas industriais e agrícolas.

A taxa de inflação atingiu um máximo histórico na área do euro e o valor mais elevado dos últimos 40 anos nos EUA; acompanhado de uma rápida subida das taxas de juro e da forte depreciação do euro face ao dólar.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2020	2021	2022
Euribor 1M	-0,50%	-0,56%	-0,01%
Euribor 3M	-0,42%	-0,55%	0,23%
Euribor 6M	-0,34%	-0,52%	0,53%
Euribor 12M	-0,30%	-0,49%	0,82%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

#### Portugal

A economia portuguesa desacelerou, mas manteve crescimento acima da área do euro.

O PIB registou uma variação homóloga em termos reais de 6,8% (mais 1,3 p.p.), registando contributos mais fracos quer da procura interna, quer do investimento, pelo contexto de incerteza e restrições da oferta – materiais e mão de obra e aperto nas condições de financiamento.

O crescimento do consumo privado ocorreu num contexto de recuperação do nível pré-pandémico, as famílias aumentaram o consumo de bens e serviços cuja despesa tinha sido adiada nos dois anos anteriores.

O consumo público abrandou refletindo a redução dos efeitos associados à pandemia, nomeadamente um menor crescimento do emprego nas administrações públicas.

No mercado de trabalho, verifica-se uma redução da taxa de desemprego em 0,7 p.p, estimando-se uma situação próxima do pleno emprego.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), aumentou ao longo de 2022 de forma rápida e persistente situando-se em 7,8% no ano (1,3% em 2021).

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 8,1%, (aumento de 7,2p.p. face ao ano de 2021).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2020	2021	2022
PIB	-8,4%	5,5%	6,8%
IPC	0,0%	1,3%	7,8%
IHPC	-0,1%	0,9%	8,1%
Desemprego	7,0%	6,6%	5,9%
Consumo Privado*	-7,1%	4,7%	5,9%
Consumo Público*	0,4%	4,6%	2,0%
Exportações*	-18,6%	13,5%	17,7%
Importações*	-12,1%	13,3%	11,1%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Base 2012)

\* Dados Dezembro de 2022

## 6.2 ENQUADRAMENTO DO SETOR 2022

Ao nível nacional, encontra-se em curso o planeamento estratégico PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais no horizonte temporal de 2021 a 2030. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

## Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2022, existem atualmente em Portugal 354 entidades gestoras, das quais 240 com atividade de abastecimento público de água, 237 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2022), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em "alta", o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	3	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2022

Na vertente da "baixa", existem em Portugal 232 entidades no abastecimento de água e 225 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,6 milhões de habitantes e 156 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,2 milhões de habitantes e 20 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e

58 concelhos e as concessões municipais, com cerca de 1,8 milhões de habitantes e 31 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais também têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,2 milhões de habitantes e 155 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,2 milhões de habitantes em 19 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes em 58 concelhos, as concessões municipais, com 1,7 milhões de habitantes em 23 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	26	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	28	27	20
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	18	17	8
Serviços Municipais	155	155	207
<b>TOTAL</b>	<b>232</b>	<b>225</b>	<b>237</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2022

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa", é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2022).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	98%
Área mediamente urbana	96%	Área mediamente urbana	87%
Área predominantemente rural	94%	Área predominantemente rural	73%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2022

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2022 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água – resposta a reclamações e sugestões, adesão ao serviço, reabilitação de condutas e encaminhamento adequado de lamas do tratamento. Note-se que também a água não faturada ainda atinge um valor de 28,8%.
- Saneamento de águas residuais – ocorrência de inundações, resposta a reclamações e sugestões, adesão ao serviço, reabilitação de coletores, controlo de descargas de emergência e cumprimento da licença de descarga.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 26 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 44,9 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

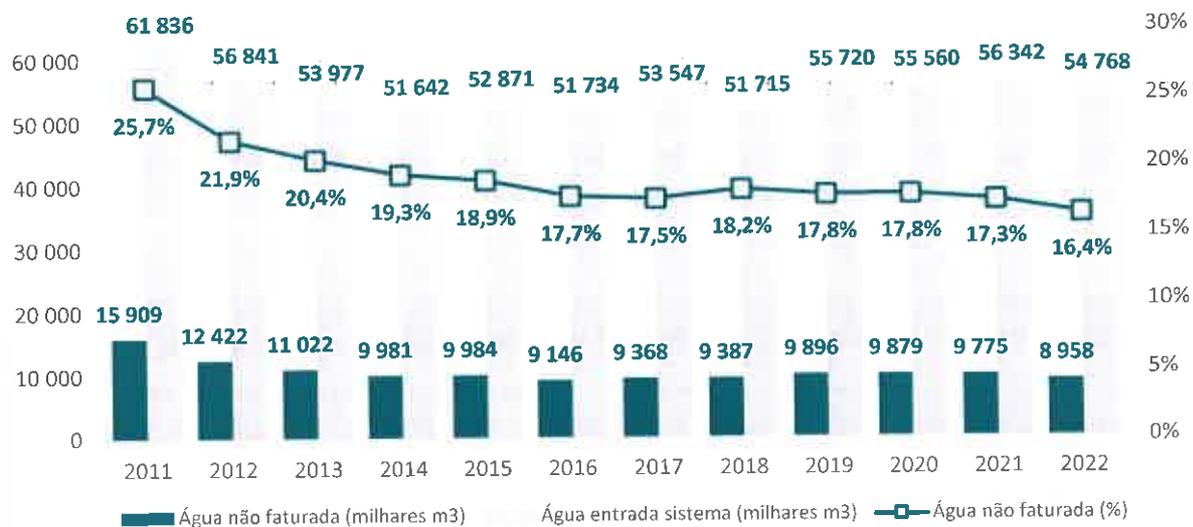
Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m <sup>3</sup> )	Água não faturada (%)
<b>GRUPO AQUAPOR</b>	<b>10</b>	<b>405</b>	<b>56 086</b>	<b>17,3</b>
Concessões Municipais	26	903	106 729	17,6
País	232	5 621	824 002	28,8

Fonte: ERSAR, RASARP, 2022

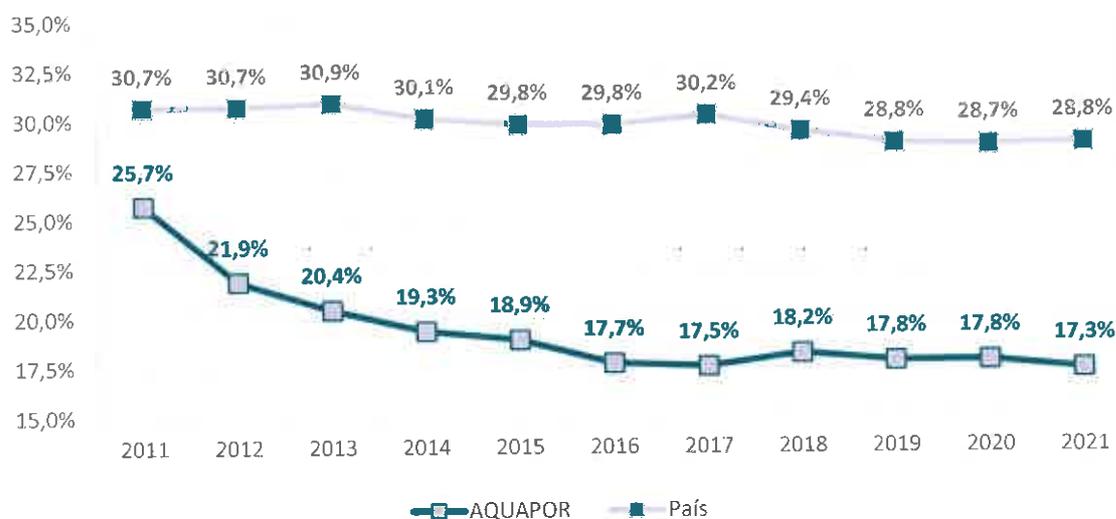
Quanto à **água não faturada**, segundo o RASARP 2022, a média continental foi de 28,8% referente ao ano de 2021, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 17,3 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2022, em que o nível de água não faturada foi de 16,4%.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342	54 768
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775	8 958
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8%	17,8%	17,3%	16,4%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810	408 060	411 625

(\*) Valores em milhares m<sup>3</sup>



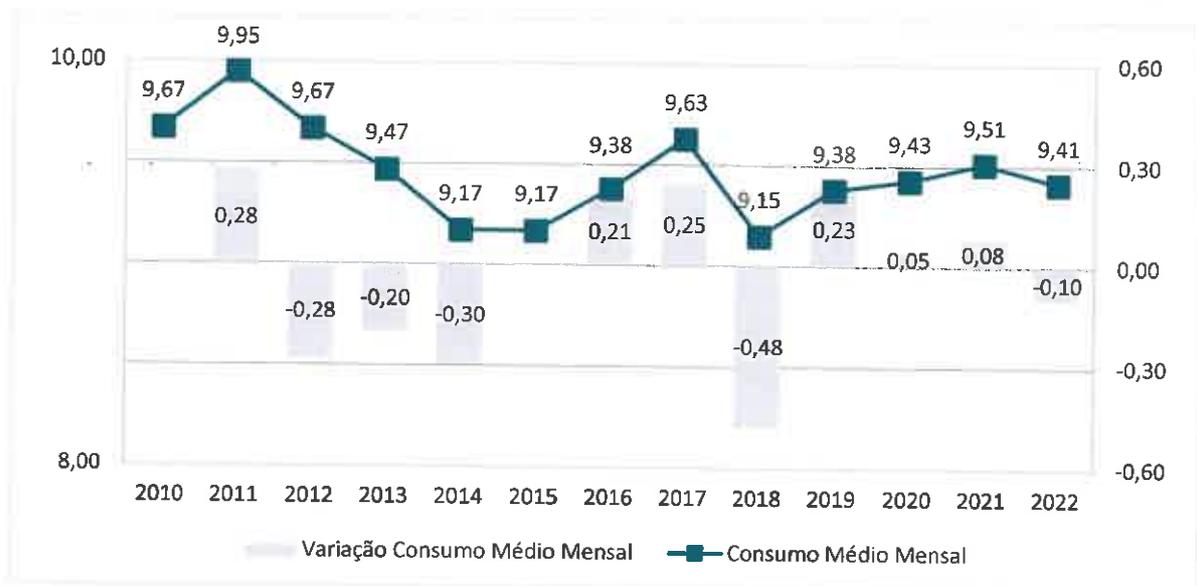
No gráfico seguinte efetua-se a comparação da evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do País dos últimos anos, de acordo com os dados disponíveis no RASARP.



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução crescente contínua do número de clientes registada nos últimos anos.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um ligeiro decréscimo de 0,10 m<sup>3</sup>/Cliente/mês, situando-se em 9,41 m<sup>3</sup>/Cliente/mês.



### 6.3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2022

#### FACTOS RELEVANTES

A empresa Águas do Vouga é concessionária do SRC, que abastece em alta os sistemas em baixa de oito municípios, que são geridos pela AdRA, a que correspondem 280.000 habitantes, de acordo com o Aditamento ao Contrato assinado em junho de 2012.

Do ano de 2022, tendo sido um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade, registou factos negativos com relevância.

Apesar do caudal fornecido e faturado e a tarifa terem ficado em linha com o previsto em orçamento, o aumento de custos verificados nos combustíveis e particularmente na energia, um dos principais custos operacionais, e as conseqüentes implicações nos custos dos reagentes, levaram a que o resultado do exercício, apesar da otimização de custos que foi possível, ficasse bastante inferior ao previsto em orçamento.

No que respeita ao Plano de Controlo de Qualidade de água (PCQA), cumpriu-se o plano aprovado pela ERSAR tanto em relação à frequência da amostragem como ao cumprimento do Valor Paramétrico. Verificou-se uma Fiscalização no âmbito da Qualidade da Água, por parte da ERSAR.

Continua por assinar com a concedente o 2.º aditamento ao contrato de concessão. Têm sido aplicados pressupostos (tarifa e renda) acordados com a Concedente, que terão de ser vertidos na minuta final.

Plano de Contingência face a Pandemia COVID19 manteve-se ativado até ao mês de novembro, por forma a garantir o fornecimento de água ao Sistema Regional do Carvoeiro.

Não se registaram falhas de serviço (quantidade e qualidade de água), nem falhas de fornecedores, durante o período em que este plano esteve ativado (março 2020 a novembro 2022), pelo que podemos afirmar que a existência da Pandemia, não teve influência na qualidade do serviço prestado.

## DESEMPENHO DA EMPRESA

O volume de água vendida foi de 14 353 780 m<sup>3</sup> ligeiramente acima do consumo mínimo e em linha com o verificado no ano de 2021.

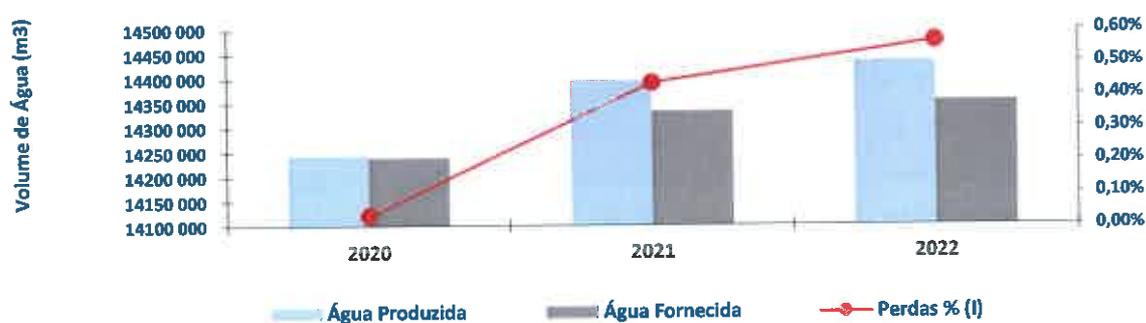
### Volume de Água (m<sup>3</sup>)

	2020	2021	2022	Var. %
Água Produzida	14 243 693	14 396 132	14 435 304	0%
Água Fornecida	14 239 321	14 333 162	14 353 780	0,14%
Perdas % (I)	0,03%	0,44%	0,56%	29%

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

## 6.4 EXPLORAÇÃO DO SISTEMA

Evolução das Perdas



## PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Para além das atividades normais num sistema de abastecimento de água com as características do das Águas do Vouga, foram implementadas as seguintes ações para a concretização dos objetivos definidos:

## ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DO SERVIÇO

Objetivos	Ações
Fiabilidade do sistema	<p>Manutenção e continuidade de Sistema Integrado de Gestão que inclui Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Plano de Segurança da Água e Gestão Patrimonial de Infraestruturas. Manutenção da Certificação de acordo com Norma ISO 9001 – Qualidade.</p> <p>Manutenção e conservação dos órgãos e equipamentos</p> <p>Campanha de limpeza do leito do rio na área das captações</p> <p>Implementação de redundância de comunicações</p>

## ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DA ÁGUA

### ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Fornecer água com qualidade	<p>Cumprido o plano de controlo analítico anual previsto</p> <p>Limpeza e desinfecção dos reservatórios</p> <p>Monitorização da qualidade da água</p>

## ÁREA DE ATUAÇÃO – RESULTADO DO EXERCÍCIO

### ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Garantir a sustentabilidade económica	Rentabilizar a capacidade instalada e não aumentar a % perdas

Otimizar Custos	Aquisição de dados e informação que permita otimizar o funcionamento do sistema. Aumento da eficiência energética de instalações elevatórias
Caudal consumido a 100% do caudal previsto	Garantir continuamente o caudal solicitado, atuando preventivamente e de imediato em emergências
Aumento da receita	Fiabilidade e qualidade, para minimizar consumo de água de origens próprias

## OPERAÇÃO DOS ATIVOS

O objetivo de assegurar a estabilidade funcional e operacional do sistema foi alcançado na sua totalidade.

Tendo como objetivo a reposição da capacidade produtiva face à disponibilidade hídrica do rio, foi necessário proceder a limpeza do leito do rio em alguns meses do ano.

## MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Foram asseguradas as atividades de manutenção do sistema, nos seus diversos domínios.

## SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

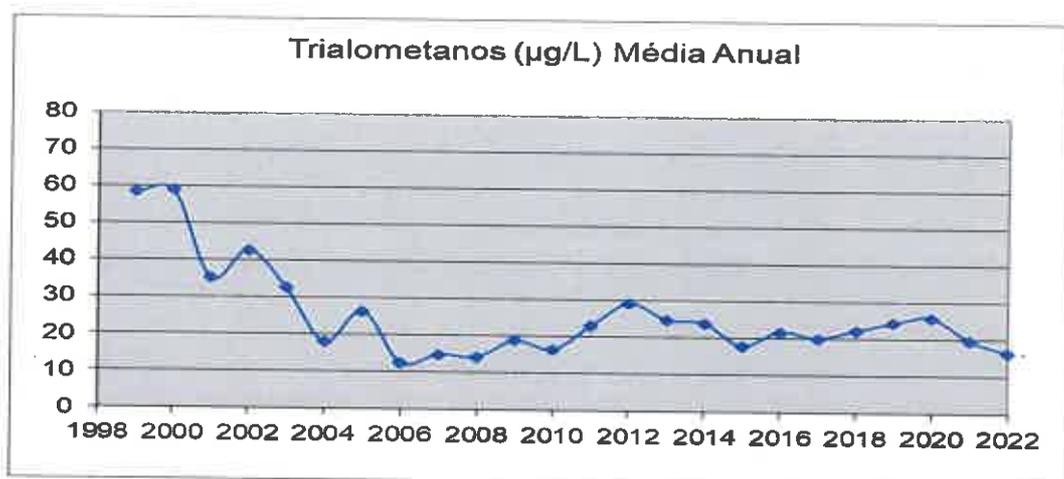
Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da qualidade da água, proposto e aprovado pela ERSAR para 2022. O PCQA de 2023, realizado segundo o Dec. Lei 306/2007, englobando as alterações previstas pelo DL 152/2017 e encontra-se aprovado pela ERSAR, tendo na sua elaboração sido considerada a avaliação de riscos, também aprovada pela ERSAR, no âmbito do mesmo Decreto-Lei.

O Plano de segurança da água foi revisto, tendo em conta alterações na matriz de risco (aprovada pela Autoridade de Saúde e ERSAR, conforme DL 152/2017) e na Avaliação de risco aprovada pela ERSAR.

Foram realizadas aproximadamente 3500 determinações a cerca de 70 parâmetros, no âmbito do Plano de Controlo de Qualidade do Sistema. Foi despendida a verba aproximada de 29 m Eur., que engloba os custos do controlo do SRC e os custos das análises oferecidas aos municípios no âmbito do acordo inicial estabelecido.

Não se verificou qualquer incumprimento de qualidade de água.

O valor médio de trialomitanos (16,6 µg/L) baixou ligeiramente em relação a 2021, com valores sempre abaixo do valor paramétrico (80 µg/L) e muito inferiores aos encontrados em anos anteriores.



## ÁREA COMERCIAL

A atividade comercial, dadas as limitações contratuais e conjunturais, manteve-se na: Fidelização do cliente, através da fiabilidade do SRC. Uma vez que a AdRA tem origens próprias, alternativas ao consumo de água oferecido pelo SRC, a concretização dos objetivos anuais, em termos de resultados do exercício, está fortemente condicionada à gestão de consumos que se verifiquem.

O Volume de Negócios realizado pela empresa em 2022 ascendeu a 7.649.672 euros repartidos da seguinte forma:

### Vendas e Prestações de Serviços

	2020	2021	2022	Var. %
Venda de Água	6 972 103	7 137 574	7 645 160	7%
Prestação Serviços	5 340	185	4 512	2333%
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>6 977 443</b>	<b>7 137 760</b>	<b>7 649 672</b>	<b>7%</b>

Nestas condições, e considerando o contexto em que este aditamento ao contrato de concessão se insere, a água vendida (faturada) foi ligeiramente acima do caudal mínimo.

	Volume Fornecido (m3)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)
2009	9 175 396	2 696 649	0,29
2010	9 303 897	2 835 935	0,30
2011	9 655 419	3 009 594	0,31
2012	9 523 241	3 056 008	0,32
2013	9 597 701	3 405 609	0,35
2014	8 691 889	3 409 082	0,39
2015	11 188 654	5 379 272	0,48
2016	14 439 700	6 111 163	0,42
2017	14 442 822	6 273 663	0,43
2018	14 025 982	6 344 957	0,45
2019	14 055 538	6 734 739	0,48
2020	14 239 321	6 972 103	0,49
2021	14 333 162	7 137 574	0,50
2022	14 353 780	7 645 160	0,53
<b>Varição 22/21</b>	<b>0,14%</b>	<b>7,11%</b>	<b>6,96%</b>

Nota: Dos 14.353.780 m3 fornecidos em 2022, 127 580 m3 foram faturados a 0 € (1º escalão)

## 6.5 ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

### SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

Os grandes objetivos previstos para 2022 foram, em primeiro lugar garantir a quantidade e qualidade da água, que fosse solicitada ao sistema, o que foi conseguido. Acrescem o continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada.

O consumo de água foi de 14 353 780 m<sup>3</sup>, ligeiramente abaixo do consumo previsto e acima do consumo mínimo e ligeiramente acima do verificado no ano de 2021, não tendo havido falhas no abastecimento, nem incumprimentos de qualidade de água.

O sistema de gestão está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da Norma ISO 9001, e a Política de Qualidade manteve-se adequada.

A avaliação da satisfação do cliente, realizou-se através de:

Retorno de informação da Concedente e/ou das Entidades Gestoras em baixa (utilizadores);  
Eficiência com que a Águas do Vouga atende os requisitos e expectativas do seu cliente, evidenciada pelo cumprimento do contrato de Concessão.

A não existência de reclamações, a relação de proximidade existente com a Concedente e o cumprimento do especificado no Contrato de Concessão, fazem prova da satisfação do Cliente.

Em 2021 foi reativado o processo de licenciamento dos RAC's da EE2 pela Associação, com pedido de aprovação da instalação. Aguarda-se deferimento, para continuação do processo.

Iniciado, pela Associação, processo de licenciamento de saturadores de ar para flotação. Aguarda-se aprovação.

Aguarda-se aprovação da proposta de Regulamento de Serviço, pela Concedente como previsto no Dec.Lei 194.

Em abril de 2022 foi realizada a Auditoria externa de acompanhamento, tendo sido mantida a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a Norma ISO 9001.

## **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

A empresa instalou e implementou os sistema e procedimentos de funcionamento definidos na Aquapor.

Continuação de introdução de informação e correções de cadastro, quando necessário, no âmbito do SIG-AQUAPOR

## **RELAÇÕES COM A CONCEDENTE**

As relações com o Concedente centraram-se na resolução de assuntos relacionadas com o Contrato de Concessão. O Plano de Contingência da Águas do Vouga encontra-se elaborado e aprovado, tendo sido inventariadas ações, conforme previsto no Contrato de Concessão, para aumento da resiliência do Sistema Regional do Carvoeiro.

## **CONTRATO DE CONCESSÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Em 2016 foram acordadas as bases do 2.º aditamento, que repõe o equilíbrio económico-financeiro da concessão, alterado em consequência da execução das obras do SRC II. A minuta e o EVEF foram enviados à ERSAR, que se pronunciou em outubro. O parecer da ERSAR, implicou rever alguns pressupostos do EVEF, nomeadamente o facto do atraso no cumprimento do plano de investimentos não poder ir à tarifa, mas ter de ter compensação direta da Concedente. O EVEF já foi revisto por 3 vezes, a última das quais em junho de 2020, mas a ERSAR continua a levantar questões. Foi revisto o EVEF tem sido elaborado dentro dos pressupostos acordados em 2016: Manter a TIR do projeto e equilibrando-o, face à sequência do impacto dos eventos, com a dicotomia renda e tarifa. No plano real, tem sido praticado desde 2018, por acordo com a Concedente tarifário e renda do último EVEF acordado. Este novo processo será enviado à ERSAR no início de 2023.



## RELAÇÕES COM OUTROS INTERESSADOS NO DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Registo importante para a intervenção que a AMC-V e as Águas do Vouga têm na sociedade, numa perspetiva de aproximação e de dar a conhecer a atividade desenvolvida e de mostrar a sua importância para esta região, destacando-se este ano o retomar de visitas no âmbito do "Roteiro da água".

# 7 ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

## 7.1 ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os resultados gerados pela Águas do Vouga registaram uma redução de 14% face ao ano anterior.

### Demonstração dos Resultados

	2020	2021	2022	Var. %
Vendas	6 972 103	7 137 574	7 645 160	7%
Prestações de Serviços	5 340	185	4 512	2333%
Volume de Negócios	6 977 443	7 137 760	7 649 672	7%
CMVMC	15 816	21 134	27 870	32%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 841 831	2 070 703	3 376 832	63%
Gastos com o Pessoal	437 857	447 044	454 181	2%
Outros Resultados Operacionais	-149 631	-44 416	-106 845	-141%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	4 532 308	4 554 462	3 683 942	-19%
Amortizações	1 121 183	1 135 441	1 138 291	0%
Resultado operacional (RO)	3 411 125	3 419 021	2 545 651	-26%
Resultados Financeiros	-224 223	-403 078	59 347	-115%
Resultados Antes de Impostos	3 186 902	3 015 942	2 604 998	-14%
Imposto Sobre o Rendimento	766 205	708 529	626 385	-12%
Resultado Líquido do Exercício	2 420 697	2 307 413	1 978 614	-14%

O aumento do volume de negócios em 7% decorre da atualização tarifária.

O resultado operacional diminuiu de forma significativa (-26%), com um impacto de 873 Milhares de euros, como consequência do incremento dos fatores produtivos, nomeadamente a eletricidade, que no ano de 2022 representou cerca de 70% do total da rubrica de fornecimentos e serviços externos, contribuindo com um encargo total de 2.4 Milhões de Euros, e com um aumento de 1.2 Milhões de euros quando comparado com o ano de 2021.

Os resultados financeiros melhoraram significativamente, com a amortização da dívida bancária no final do ano de 2021.

## 7.2 ANÁLISE DO BALANÇO

<b>Balanço</b>				
	2020	2021	2022	Var. %
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	6 644 855	5 581 464	<b>4 511 370</b>	-19%
Outros	46 004	46 311	<b>47 770</b>	3%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>6 690 859</b>	<b>5 627 775</b>	<b>4 559 139</b>	<b>-19%</b>
Contas a Receber	3 803 594	135 909	<b>316 373</b>	133%
Caixa e Depósitos Bancários	4 164 075	2 707 704	<b>5 408 313</b>	100%
Outros	152 449	110 889	<b>105 698</b>	-5%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>8 120 117</b>	<b>2 954 503</b>	<b>5 830 384</b>	<b>97%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>14 810 975</b>	<b>8 582 277</b>	<b>10 389 523</b>	<b>21%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>6 320 697</b>	<b>6 207 413</b>	<b>5 878 614</b>	<b>-5%</b>
Dívidas a Pagar	600 512	462 512	<b>285 888</b>	-38%
Financiamentos Obtidos	4 250 000	0	<b>0</b>	
Outros	258 566	250 043	<b>250 128</b>	0%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>5 109 078</b>	<b>712 555</b>	<b>536 016</b>	<b>-25%</b>
Dívidas a Pagar	1 649 894	1 662 310	<b>3 974 893</b>	139%
Financiamentos Obtidos	1 731 307	0	<b>0</b>	
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>3 381 201</b>	<b>1 662 310</b>	<b>3 974 893</b>	<b>139%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>8 490 279</b>	<b>2 374 865</b>	<b>4 510 909</b>	<b>90%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>14 810 975</b>	<b>8 582 277</b>	<b>10 389 523</b>	<b>21%</b>

O Total do Ativo Líquido atingiu, no final de 2022 os 10.4 Milhões de Euros, registando um aumento de 21% face ao ano de 2021.

O **Ativo não Corrente** diminuiu 1.07 Milhões de Euros com o impacto mais significativos da amortização dos ativos intangíveis.

O **Ativo Corrente** apresenta um aumento de 2.9 Milhões de Euros como consequência do atraso no processo de validação dos custos imputados pelo fornecedor de energia e que resultou num atraso significativo nos pagamentos, justificando o aumento significativo dos saldos de depósitos bancários (2.7 Milhões de Euros), por contrapartida da rubrica de dividas a pagar.

Uma diminuição de 5% verificado no **Capital Próprio** decorre do Resultado Líquido registado no exercício.

O total do **Passivo** aumenta 2.1 Milhões de Euros, com o impacto do atraso na conferência das faturas do fornecedor de energia.

## 8 PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Prevê-se que no ano de 2023, seja um ano de continuidade, numa empresa que atingiu a maturidade e terá como perspetiva a assinatura do 2.º aditamento.

Resumidamente, o orçamento para 2023, tem como grandes objetivos, na sua continuidade:

1. Continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada
2. Continuar a fornecer água de Qualidade
3. Aumentar resiliência do Sistema às adversidades climáticas e operacionais.
4. Continuar com funcionamento em pleno do SRC II e adquirir dados e informação que permita otimizar o seu funcionamento
5. Obter um Bom resultado do exercício



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2022, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

1. A Entidade Concedente, a AMC-V;
2. Aos membros do Conselho Diretivo e Assembleia Geral da Concedente.
3. O acionista, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
4. Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em particular, pelo relacionamento mantido na resolução dos assuntos compreendidos nas suas áreas de competência;
5. Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
6. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;

7. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
8. Os Colaboradores da Águas do Vouga, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

## 10 OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

1. Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2022 para além da informação divulgada na Nota dos Acontecimentos Após a Data do Balanço, no Anexo às Demonstrações Financeiras;
2. Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
3. Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2022;
4. A sociedade não tem sucursais.

## 11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no montante de 1.978.614 euros, tenha a seguinte distribuição:

A importância sobrança, no valor de 1.978.614 euros para distribuição de dividendos.



## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Fausto Manuel Melo de Oliveira



António Manuel Paredes Pereira da Cunha



Paulo Jorge Almeida Oliveira

Albergaria - a - Velha, 30 de janeiro de 2023

# CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Vouga, S.A.

**BALANÇO**

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

		Quantias em Euros	
	Notas	31-12-2022	31-12-2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	154.722	120.495
Ativos Intangíveis	7	4.356.648	5.460.969
Outros Investimentos Financeiros		2.502	2.227
Ativos por Impostos Diferidos	12	45.268	44.084
		<u>4.559.139</u>	<u>5.627.775</u>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	102.798	110.889
Clientes	13.1	58.523	64.212
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	253.603	71.295
Outros Créditos a Receber	13.2	4.247	402
Diferimentos	15.9	2.900	0
Caixa e Depósitos Bancários	4	5.408.313	2.707.704
		<u>5.830.384</u>	<u>2.954.503</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.389.523</b>	<b>8.582.278</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Subscrito	13.4	3.250.000	3.250.000
Reservas Legais	15.2	650.000	650.000
Resultados Líquidos do Período	15.2	1.978.614	2.307.413
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>5.878.614</b>	<b>6.207.413</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	250.128	250.043
Outras Dividas a Pagar	13.3	285.888	462.512
		<u>536.016</u>	<u>712.555</u>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13	2.313.337	391.576
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	12.073	12.136
Outras Dividas a Pagar	13.3	1.649.484	1.258.598
		<u>3.974.893</u>	<u>1.662.310</u>
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.510.909</b>	<b>2.374.865</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>10.389.523</b>	<b>8.582.278</b>

Conselho de Administração

Contabilista certificado

Águas do Vouga, S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Quantias em Euros

	Notas	31-12-2022	31-12-2021
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	7.649.672	7.137.760
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(27.870)	(21.134)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(3.376.832)	(2.070.703)
Gastos com o Pessoal	14	(454.181)	(447.044)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(5.258)	5.723
Outros Rendimentos	15.4	3.988	66.159
Outros Gastos	15.5	(105.575)	(116.298)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>3.683.942</b>	<b>4.554.462</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(1.138.291)	(1.135.441)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>2.545.651</b>	<b>3.419.021</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	75.400	26.853
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(16.053)	(429.932)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>2.604.998</b>	<b>3.015.942</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(626.385)	(708.529)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>1.978.614</b>	<b>2.307.413</b>

Conselho de Administração



Contabilista certificado



Águas do Vouga, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

		Quantias em Euros				
		Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>						
		3 250 000	650 000		2 420 697	6 320 697
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
	Constituição da Reserva Legal			2 420 697	(2 420 697)	-
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			2 420 697	(2 420 697)	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						
					2 307 413	2 307 413
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						
					2 307 413	2 307 413
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						
	Distribuições			(2 420 697)	(2 420 697)	(2 420 697)
				(2 420 697)	(2 420 697)	(2 420 697)
	<b>7=1+2+3+4+6</b>	<b>3 250 000</b>	<b>650 000</b>		<b>2 307 413</b>	<b>6 207 413</b>
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>						
		3 250 000	650 000		2 307 413	6 207 413
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>						
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
	Constituição da Reserva Legal			2 307 413	(2 307 413)	-
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados			2 307 413	(2 307 413)	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						
					1 978 614	1 978 614
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						
					1 978 614	1 978 614
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						
	Distribuições			(2 307 413)	(2 307 413)	(2 307 413)
				(2 307 413)	(2 307 413)	(2 307 413)
	<b>13=7+8+9+10+12</b>	<b>3 250 000</b>	<b>650 000</b>		<b>1 978 614</b>	<b>5 878 614</b>

Conselho de Administração

Contabilista certificado



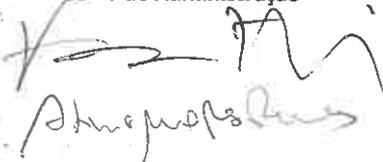


Águas do Vouga, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Quantias em  
Euros

	31-12-2022	31-12-2021
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de Clientes	7.997.038	9.077.636
Pagamentos a Fornecedores	(1.908.434)	(2.489.358)
Pagamentos ao Pessoal	(367.896)	(327.361)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>5.720.708</b>	<b>6.260.917</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(676.631)	(856.582)
Outros recebimentos / pagamentos	(36.055)	(277.888)
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)</b>	<b>5.008.022</b>	<b>5.126.447</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos concedidos	(2.000.000)	-
	<b>(2.000.000)</b>	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos concedidos	700.000	-
Juros e rendimentos similares	-	7.540
	<b>700.000</b>	<b>7.540</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)</b>	<b>(1.300.000)</b>	<b>7.540</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-	(6.000.000)
Juros e gastos similares	-	(169.660)
Dividendos	(1.007.413)	(420.697)
	<b>(1.007.413)</b>	<b>(6.590.357)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)</b>	<b>(1.007.413)</b>	<b>(6.590.357)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>2.700.609</b>	<b>(1.456.371)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.707.704	4.164.075
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.408.313	2.707.704

Conselho de Administração



Contabilista certificado




Águas do Vouga, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

## ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros  
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

# 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Águas do Vouga, Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 16 de abril de 1996 e tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do sistema de captação, tratamento, elevação e armazenamento principal de água do Sistema Regional do Carvoeiro pertença da Associação de Municípios do Carvoeiro, composta pelos municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa e Válega (Ovar).

A empresa tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 1, Feira Nova, Albergaria-a-Velha, Portugal. A Águas do Vouga é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

## ATIVIDADE CONCESSIONADA

Em 30 de maio de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Associação Município do Carvoeiro e a Águas do Vouga, S.A., pelo prazo de 20 anos e mediante uma renda total de 9.975.958 Euros.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 30 de julho de 1996. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Vouga.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor anual de 249.399 euros, sendo que no ato da assinatura do contrato a concessionária pagou à concedente 50% da totalidade das rendas devidas até ao final do prazo contratual. A renda devida pela concessionária poderá ser revista se se verificar uma alteração superior a 24%, para mais ou para menos dos caudais mensais médios, em relação aos valores previstos.

Em 20 de junho de 2012 foi celebrada a adenda ao Contrato de Concessão inicial, em que se estabelece o aumento em 10 anos do prazo de vigência do contrato até outubro de 2026. Mediante esta alteração foram substituídas as rendas vincendas de 2013 a 2016 (contrato anterior) por uma renda total de 16.825.000 Euros. Contudo, é de referir que o impacto contabilístico decorrente desta adenda, apenas produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

No ano de 2016 foi assinado com a concedente uma minuta do 2º aditamento, que tem como impactos mais significativos a adaptação do tarifário e retribuição a pagar à concedente.

## **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2022 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da



demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

## **3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

É de referir ainda que o Conselho de Administração tem vindo a acompanhar os efeitos da pandemia causada pelo surto pandémico do novo Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19) e subsequentemente da pressão inflacionista que decorreu da guerra na Ucrânia, com um aumento dos fatores de produção relevantes para a atividade da empresa, nomeadamente energia, produtos químicos e atividades de reparação.

Em resultado da avaliação efetuada, e tendo por base a informação disponível na presente data (Nota 17) o Conselho de Administração concluiu manter-se válido o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

### **3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 - Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível. Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

## **(A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2022	2021
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

## IMPARIDADE

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de

mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;

- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## **(B) ATIVOS INTANGÍVEIS**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2022	2021
Direitos de Concessão	20,43%	16,90%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	20,43%	16,90%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

### **(B.1) DIREITOS DE CONCESSÃO RELACIONADOS COM A ATIVIDADE CONCESSIONADA**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade

económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

## **(C) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDO E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO**

### **(C.1) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

#### **A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:**

É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e

Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

### **(C.2) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é

aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

## **(D) INVENTÁRIOS**

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com

acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

## **(E) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2022 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

### **(E1) AO CUSTO AMORTIZADO**

São mensurados “ao custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### **(i) Clientes e outros créditos a receber**

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### **(i) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

**(i) Fornecedores e outras dívidas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

## **(E2) AO JUSTO VALOR COM AS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

## **(E3) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente

registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

#### **(E4) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **(F) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### **(G) DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

#### **(H) RUBRICAS DOS CAPITAIS PRÓPRIOS**

##### **(H.1) CAPITAL REALIZADO**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

##### **(H.2) RESERVAS LEGAIS**

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).



### **(H.3) RESULTADOS TRANSITADOS**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

### **(I) PROVISÕES**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

#### **(I.1) PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS DE SUBSTITUIÇÃO**

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

### **(J) FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

### **(L) EFEITO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

## **(M) RÉDITO**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;

É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;

A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e

Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

## **(N) GASTOS COM O PESSOAL**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

## **(N.1) FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS**

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

## **(N.2) BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

## **(O) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.



Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

## **(P) EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## **3.2 JUÍZOS DE VALOR**

### **(A) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

## **(B) IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS**

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

## **3.3 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

## **(A) IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS**

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

## **(B) IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

## **(C) PROVISÕES**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos

pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## **4. FLUXOS DE CAIXA**

A rubrica de Caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tinham a seguinte composição:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa	-	-
Depósitos à Ordem	5 408 313	2 707 704
Outros Depósitos Bancários	-	-
	<b>5 408 313</b>	<b>2 707 704</b>

## **5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

No corrente exercício não foram efetuadas quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas, assim como não foram igualmente detetados quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

## 6. PARTES RELACIONADAS:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prestação de Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Vouga, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Vouga presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Vouga recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	Juros de empréstimos contratos mútuos.	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos.
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Refaturação de custos vários (portagens, combustível)	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar
<i>Aquapor Serviços</i>	2022	15.474	398.391	-	768.402
	2021	11.778	380.519	-	751.744
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	2022	4.139	103.365	-	21.883
	2021	4.938	86.688	327	24.632

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2022	2021
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	122 920	118 492
Total de remunerações	122 920	118 492

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>				
<b>1 de Janeiro de 2021</b>	<b>23 048 454</b>	<b>63 410</b>	<b>383 323</b>	<b>23 495 186</b>
Aumentos	2 325	-	-	2 325
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>23 050 779</b>	<b>63 410</b>	<b>383 323</b>	<b>23 497 511</b>
Aquisições	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>23 050 779</b>	<b>63 410</b>	<b>383 323</b>	<b>23 497 511</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>				
<b>1 de Janeiro de 2021</b>	<b>16 603 297</b>	<b>63 410</b>	<b>259 546</b>	<b>16 926 253</b>
Amortizações	1 089 369	0	20 920	1 110 289
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>17 692 666</b>	<b>63 410</b>	<b>280 467</b>	<b>18 036 542</b>
Amortizações	1 085 690	3 283	15 348	1 104 321
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>18 778 355</b>	<b>66 693</b>	<b>295 815</b>	<b>19 140 863</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>				
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>4 272 424</b>	<b>-</b>	<b>87 508</b>	<b>4 356 648</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>5 358 113</b>	<b>-</b>	<b>102 856</b>	<b>5 460 969</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2022</b>	<b>6 445 157</b>	<b>-</b>	<b>123 776</b>	<b>6 568 933</b>

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro'.

## 8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>						
<b>1 de Janeiro de 2021</b>	<b>3 878</b>	<b>178 875</b>	<b>10 499</b>	<b>102 831</b>	<b>75 700</b>	<b>371 784</b>
Aumentos	4 800	63 869	-	-	1 056	69 725
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>8 678</b>	<b>242 744</b>	<b>10 499</b>	<b>102 831</b>	<b>76 756</b>	<b>441 509</b>
Aumentos	-	67 706	-	491	-	68 197
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>8 678</b>	<b>310 450</b>	<b>10 499</b>	<b>103 322</b>	<b>76 756</b>	<b>509 705</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Amortizações e Imparidade:</b>						
<b>1 de Janeiro de 2021</b>	<b>3 568</b>	<b>107 456</b>	<b>9 667</b>	<b>100 547</b>	<b>74 623</b>	<b>295 861</b>
Amortizações	115	22 928	387	1 198	525	25 152
<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>3 683</b>	<b>130 384</b>	<b>10 054</b>	<b>101 745</b>	<b>75 148</b>	<b>321 014</b>
Amortizações	392	32 673	98	550	258	33 970
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>4 075</b>	<b>163 057</b>	<b>10 152</b>	<b>102 295</b>	<b>75 406</b>	<b>354 984</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>						
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>4 604</b>	<b>147 394</b>	<b>347</b>	<b>1 027</b>	<b>1 350</b>	<b>154 721</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>4 995</b>	<b>112 360</b>	<b>445</b>	<b>1 086</b>	<b>1 608</b>	<b>120 495</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2022</b>	<b>310</b>	<b>71 419</b>	<b>832</b>	<b>2 284</b>	<b>1 077</b>	<b>75 923</b>

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2022	2021
Contratos de aluguer de viaturas	18 707	33 559
	<b>18 707</b>	<b>33 559</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2022	2021
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	9 964	14 048
Mais de um ano	8 743	19 511
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>18 707</b>	<b>33 559</b>

## 9. INVENTÁRIOS

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2022	2021
Mercadorias	-	-
Matérias primas, Subs. e de Consumo	102 798	110 889
	<b>102 798</b>	<b>110 889</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2021	102 358	102 358
Compras	29 666	29 666
Imparidades		-
Regularização de inventários		-
Existências em 31 de Dezembro de 2021	(110 889)	(110 889)
	<b>21 134</b>	<b>21 134</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2022	110 889	110 889
Compras	19 779	19 779
Imparidades		-
Regularização de inventários		-
Existências em 31 de Dezembro de 2022	(102 798)	(102 798)
	<b>27 870</b>	<b>27 870</b>

## 10. RÉDITO

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2022	2021
Vendas		
Mercadorias		
Produtos Acabados e Intermédios - Água	7 645 160	7 137 574
	<b>7 645 160</b>	<b>7 137 574</b>
Prestações de Serviços		
Serviços - Outros	4 512	185
Descontos e abatimentos		
	<b>4 512</b>	<b>185</b>
	<b>7 649 672</b>	<b>7 137 760</b>

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

## 11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2021	56.431	202.135	258.566
Reversões do ano	(5.723)		(5.723)
Ajustamento	(2.800)		(2.800)
A 31 de Dezembro de 2021	<b>47.907</b>	<b>202.135</b>	<b>250.042</b>
A 1 de Janeiro de 2022	47.907	202.135	250.042
Aumentos do ano		5.258	5.258
Ajustamento	(5.173)	-	(5.173)
A 31 de Dezembro de 2022	<b>42.734</b>	<b>207.394</b>	<b>250.128</b>

## 12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Gasto por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2022	2021
Imposto Corrente		
IRC do ano	627 568	708 363
	<b>627 568</b>	<b>708 363</b>
Imposto Diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	-	-
Outros movimentos	(1 183)	166
	<b>(1 183)</b>	<b>166</b>
	<b>626 385</b>	<b>708 529</b>

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes de impostos	2 604 998	3 015 942		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	547 050	633 348	21,00%	21,00%
<b>Proveitos não tributáveis</b>				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	5 173	5 723		
Benefícios fiscais		2 541		
	5 173	8 264	(5,54%)	(5,56%)
<b>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</b>				
Multas, coimas e juros compensatórios	5	665		
Provisões para além limites legais	12 613	7 359		
	12 618	8 023	(5,60%)	(5,56%)
<b>Lucro tributável</b>	<b>2 612 444</b>	<b>3 015 701</b>		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	548 613	633 297	21,06%	21,00%
<b>Tributação autónoma</b>				
Derrama	6 235	6 391	0,24%	0,21%
Derrama Estadual	31 730	36 188	1,22%	1,20%
Outros	34 325	45 471	1,32%	1,51%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	4 298	(12 985)	0,16%	(0,43%)
	1 183	166	0,05%	0,01%
	77 771	75 232	2,99%	2,49%
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>626 385</b>	<b>708 529</b>	<b>24,05%</b>	<b>23,49%</b>

Os ativos impostos diferidos reconhecidos no balanço detalham-se da seguinte forma:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2022	2021	2022	2021
Impostos Diferidos Ativos				
Provisões não aceites fiscalmente	45.268	44.084	(1.183)	166
	<b>45.268</b>	<b>44.084</b>	<b>(1.183)</b>	<b>166</b>

## 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2022	2021
Não corrente		
Outros Ativos financeiros	2 502	2 227
Outras contas a receber		
Corrente		
Clientes		
Valor Bruto	59 084	64 774
Imparidade	(562)	(562)
	<b>58 523</b>	<b>64 212</b>
Adiantamentos a Fornecedores		
Outros créditos a receber	4 247	402
	<b>62 769</b>	<b>64 615</b>

Instrumentos Financeiros Passivos	2022	2021
Não corrente		
Outras dividas a pagar	285.888	462.512
	<b>285.888</b>	<b>462.512</b>
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	2.213.056	291.832
Outras partes relacionadas	100.280	99.744
	<b>2.313.337</b>	<b>391.576</b>
Outras dividas a pagar	1.649.484	1.258.598
	<b>1.649.484</b>	<b>1.258.598</b>

Instrumentos de Capital	2022	2021
Capital	3 250 000	3 250 000
	<b>3 250 000</b>	<b>3 250 000</b>

Todos os ativos financeiros estão mensurados pelo custo menos imparidade.

## 13.1 CLIENTES

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida			
			<30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias > 121 Dias
Ano 2022	59 084					59 084
Ano 2021	64 774	327	-	-	-	64 447

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2022					
Clientes	562				562
	<b>562</b>	-	-	-	<b>562</b>
Exercício de 2021					
Clientes	562	-			562
	<b>562</b>	-	-	-	<b>562</b>

## 13.2 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Outros devedores		
Outros	4 247	402
	<b>4 247</b>	<b>402</b>

## 13.3 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Outras dívidas a pagar - não correntes		
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	285 888	462 512
Outros	-	-
	<b>285 888</b>	<b>462 512</b>
Outras contas a pagar - correntes		
Fornecedores de investimento	604	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	61 077	54 644
juros a liquidar	-	(0)
Seguros	-	-
Outros	748 765	374 932
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	174 148	148 198
Outros	664 890	680 823
	<b>1 649 484</b>	<b>1 258 598</b>

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

O saldo da rubrica "Outros Credores – outros" inclui o montante de 659.300 Euros referente à estimativa de imposto do exercício a pagar à Aquapor Serviços S.A. no âmbito do RETGS (Nota 15.1)

### 13.4 CAPITAL SUBSCRITO

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

O capital social emitido é composto por 650.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

	2022	2021
Capital social nominal emitido	3 250 000	3 250 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	3 250 000	3 250 000
	<b>3 250 000</b>	<b>3 250 000</b>

### 13.5 COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2022:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50465	BPI	3.127	Cartões Galp Frota	Petrogal	Combustíveis
N00405569	Novo Banco	2.992.787	Contrato concessão	Associação de Municípios do Carvoeiro	Caução de Contrato de Concessão

### 13.7 RISCOS RELATIVOS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro

- Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

## **RISCO DE TAXA DE JURO**

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa utiliza ainda um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria. No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

## RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

## RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna.

## 14. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2022	2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	105 200	96 058
Remunerações do Pessoal	253 933	256 436
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	77 369	78 248
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 441	5 050
Gastos de ação social	9 837	9 145
Outros gastos com o Pessoal	2 402	2 107
	<b>454 181</b>	<b>447 044</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2022 foi de 14 (2021: 14 pessoas)

## 15. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 15.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento		-
Retenções Imposto sobre Rendimento		3 704
IVA	253 603	67 591
	<b>253 603</b>	<b>71 295</b>
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	4 149	4 260
Contribuição para a Segurança Social	7 924	7 876
	<b>12 073</b>	<b>12 136</b>

A Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 passou a integrar o RETGS do Grupo, do qual a Aquapor Serviços, S.A. é a entidade dominante. Por este motivo, o montante relativo a estimativa de imposto do exercício encontra-se reconhecida como uma conta a pagar à Aquapor Serviços, S.A. uma vez que é esta entidade que faz os pagamentos por contas das Empresa do grupo inseridas no RETGS (Nota 13.3).

### 15.2 RESERVAS E RESULTADOS

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2021</b>	<b>650 000</b>		<b>2 420 697</b>	<b>3 070 697</b>
Alteração de políticas contabilísticas				
Constituição da Reserva legal				
Dividendos		(2 420 697)		(2 420 697)
Remanescente da aplicação de Resultados		2 420 697	(2 420 697)	
Resultado do ano				
Outros				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>650 000</b>		<b>2 307 413</b>	<b>2 957 413</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>650 000</b>		<b>2 307 413</b>	<b>2 957 413</b>
Constituição da Reserva legal				
Dividendos		(2 307 413)		(2 307 413)
Remanescente da aplicação de Resultados		2 307 413	(2 307 413)	
Resultado do ano				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>650 000</b>		<b>1 978 614</b>	<b>2 628 614</b>

**Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021:** De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 10 de outubro de 2022, o resultado líquido do exercício de 2021, no valor de 2.307.413 Euros foi transferido para distribuição de dividendos.

**Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020:** De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 30 de junho de 2021, o resultado líquido do exercício de 2020, no valor de 2.420.697 Euros foi transferido para distribuição de dividendos.

### 15.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Subcontratos	100 239	182 837
Serviços Especializados		-
Trabalhos especializados	4 853	12 156
Publicidade e propaganda		-
Vigilância e segurança	1 600	2 000
Honorários	1 560	2 629
Comissões	-	-
Conservação e reparação	56 257	3 837
Despesas Bancárias	23 171	32 270
Outros	451 285	391 725
Materials	-	-
Ferramentas e utensílios	765	1 530
Material de escritório	617	637
Artigos para oferta	-	-
Energia e Fluidos	-	-
Eletricidade	2 373 179	1 148 273
Combustíveis	47 414	46 504
Outros Fluidos	205 534	142 388
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Deslocações e estadas	7 652	7 552
Transportes de Mercadorias	101	118
Serviços Diversos	-	-
Rendas e alugueres	41 570	36 596
Comunicação	7 745	7 529
Seguros	17 043	18 084
Contencioso e notariado	105	429
Despesas de representação	351	159
Limpeza, higiene e conforto	7 224	8 322
Outros	28 568	25 128
	<b>3 376 832</b>	<b>2 070 703</b>

## 15.4 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros Rendimentos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Rendimentos Suplementares		
Cedências	-	-
Outros	3 988	64 345
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Excesso da estimativa para Impostos	-	1 814
	<b>3 988</b>	<b>66 159</b>

## 15.5 OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros Gastos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Impostos	73 642	114 993
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores		
Donativos	200	700
Insuficiência de estimativa para impostos	31 732	-
Outros Não Especificados	-	605
	<b>105 575</b>	<b>116 298</b>

## 15.6 GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de Investimento		
Ativos Fixos Tangíveis	33 970	25 152
Ativos Intangíveis	1 104 321	1 110 289
	<b>1 138 291</b>	<b>1 135 441</b>
	<b>(1 138 291)</b>	<b>(1 135 441)</b>

## 15.7 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	-	1 908
De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos	15 474	11 778
Atraso de pagamento de clientes		
Outros Rendimentos Similares	59 926	13 168
	<b>75 400</b>	<b>26 853</b>

## 15.8 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2022	2021
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	-	158 313
Mora e Compensatórios	5	65
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	42	246 379
Comissões Garantias	30	78
Outros		
Renda de concedente	15 894	2 605
Outros não especificados	82	22 493
	<b>16 053</b>	<b>429 932</b>

## 15.9 DIFERIMENTOS

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Outros	2 900	
	<b>2 900</b>	

## 16. ASPETOS AMBIENTAIS

Em 2022 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2022 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão, a 30 de janeiro de 2023, pelo Conselho de Administração.

Desde 31 de dezembro de 2022 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

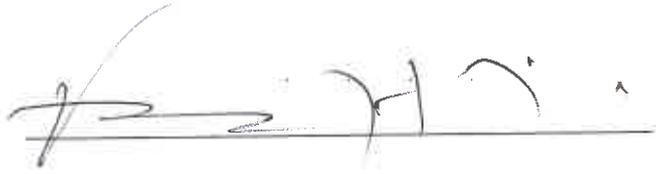
## 18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

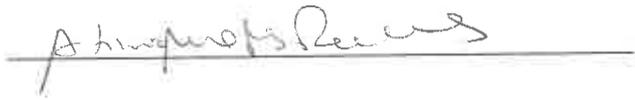
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

- a) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2022, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- b) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º do CSC;
- c) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2023, nos prazos legais.

**Conselho de Administração**







**Contabilista certificado**

